

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
AGREGANDO, INCLUINDO E
ALMEJANDO OPORTUNIDADES

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



**EDUCAÇÃO:
AGREGANDO, INCLUINDO E
ALMEJANDO OPORTUNIDADES**

4

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-415-3

DOI 10.22533/at.ed.153202309

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISES ESTATÍSTICAS PARA INVESTIGAR POSSÍVEIS FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
Elizabeth Lima Bezerra	
Katia Pires Nascimento do Sacramento	
Vinicius Pereira do Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.1532023091	
CAPÍTULO 2	7
GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PROPOSIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO TOCANTINENSES	
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito	
Meire Lucia Andrade da Silva	
Ana Gabriela Ferreira Brito	
Aldeniza Pereira da Silva	
Maria das Graças Pereira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1532023092	
CAPÍTULO 3	12
VISTA MINHA PELE: RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E REFLEXÕES SOBRE ARTES, IDENTIDADE E INTOLERÂNCIA	
Erika Rodrigues Coelho	
Natalino da Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023093	
CAPÍTULO 4	26
VIOLÊNCIA NA ESCOLA PRATICADA POR ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE SUAS TIPOLOGIAS E CONSEQUÊNCIAS À LUZ DO DIREITO INFANTO-JUVENIL	
Maria Aparecida Alkimim	
Mario Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1532023094	
CAPÍTULO 5	46
A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	
Rosilene Alves da Silva Vitorini	
Noemi Ferreira Felisberto Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023095	
CAPÍTULO 6	55
EDUCAÇÃO JURÍDICA NO TIMOR-LESTE: UM ESTUDO DE CASO	
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023096	

CAPÍTULO 7	66
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Juliana Telles Faria Suzuki	
Maria Cecilia Marin Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023097	
CAPÍTULO 8	79
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024	
Amanda Maria Gomes Cordeiro Alves	
Andreia Patrícia Alves Vasconcelos Vieira	
Jacy de Araújo Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.1532023098	
CAPÍTULO 9	92
DO PLANTIO AO CASAMENTO DA DONA BARATINHA	
Cleidiane Luzia Macedo	
Tatiana da Rocha Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023099	
CAPÍTULO 10	98
GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O QUE PODE A ESCOLA APRENDER COM OS GAMES?	
Renata da Graça Aranha Boiteux	
DOI 10.22533/at.ed.15320230910	
CAPÍTULO 11	112
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NA ESCOLA MUNICIPAL CÂNTIDIO ANTUNES DOS SANTOS	
Rosane Lima Fonseca	
Sebastiana Ribeiro de Sousa	
Willamy Fonseca Vogado	
DOI 10.22533/at.ed.15320230911	
CAPÍTULO 12	115
ACESSIBILIDADE EM EVENTOS	
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.15320230912	
CAPÍTULO 13	128
A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS	
Veronica Ribeiro da Silva Cordovil	
Marivalde Moacir Francelin	
DOI 10.22533/at.ed.15320230913	

CAPÍTULO 14.....	143
REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BAHIA	
Janille da Costa Pinto	
Cláudia Celeste Lima Costa Menezes	
Luciane Cunha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15320230914	
CAPÍTULO 15.....	156
EDUCAÇÃO DIALÓGICA NAS AULAS DE LITERATURA DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DA UFPB	
Aline Ferreira Pereira	
Maria Elizabeth Silva de Brito	
Polliana da Penha Silva Galdino	
Sandro dos Santos Nascimento	
Maria da Glória Costa de Sousa	
Fabiana Alves Moreira de Barros	
Suelidia Maria Calaça	
DOI 10.22533/at.ed.15320230915	
CAPÍTULO 16.....	163
“PROJETO LER MAIS”: AÇÕES DE PRÁTICAS LEITORAS PARA OS APOSENTADOS DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO (PAI)	
Maria de Fátima Ribeiro dos Santos	
Marina Rocha Palácio	
Vanessa Teles Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.15320230916	
CAPÍTULO 17.....	181
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COM METODOLOGIA ATIVA E DESIGN THINKING	
Antonio Sergio Bernardo	
DOI 10.22533/at.ed.15320230917	
CAPÍTULO 18.....	197
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Bárbara Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.15320230918	
CAPÍTULO 19.....	205
A TÃO FALADA “EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA”: NOTAS REFLEXIVAS	
Fabrícia Carla de Albuquerque Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
Claudiane Oliveira Pimentel Fabricio	
DOI 10.22533/at.ed.15320230919	

CAPÍTULO 20.....	213
CAPACITAÇÃO EM REVIT E EXCEL PARA ENGENHARIA CIVIL	
Anna Beatriz Rodrigues de Queiroz	
Cláudia Patrícia Torres Cruz	
Leonardo da Silva Dias	
Rodrigo Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15320230920	
CAPÍTULO 21.....	223
TECNOLOGIA ASSISTIVA: AUTONOMIA, QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL	
Regina Elaine Santos Cabette	
Eduardo Luiz Santos Cabette	
Bianca Cristine Pires dos Santos Cabette	
DOI 10.22533/at.ed.15320230921	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235
ÍNDICE REMISSIVO.....	236

CAPÍTULO 13

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS

Data de aceite: 01/09/2020

Veronica Ribeiro da Silva Cordovil

Universidade de São Paulo - USP
Escola de Comunicações e Artes

Marivalde Moacir Francelin

Universidade de São Paulo - USP
Escola de Comunicações e Artes

RESUMO: O presente trabalho reflete sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a Organização da Representação do Conhecimento para a consolidação de uma sociedade democrática e inclusiva. A metodologia caracterizou-se como exploratória e descritiva, com delineamento da pesquisa bibliográfica, levantamento e análise sobre o tema. No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil), pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação para pessoas surdas. O estudo aborda os direitos previstos na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a linguagem de sinais como forma de comunicação e de representação que pode ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários, em diferentes suportes e instituições. Considera-se que os processos e sistemas de Organização do Conhecimento podem promover instituições democraticamente inclusivas, quando rompem as fronteiras rígidas dos cânones e dogmas do conhecimento formalmente estabelecido, diante das necessidades de

acesso à informação pela comunidade surda. Espera-se que este estudo contribua para o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender todas as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do Conhecimento, Tratamento da Informação, Pessoas com Deficiência, Pessoas Surdas, Inclusão.

THE KNOWLEDGE ORGANIZATION AND THE STATUTE OF PEOPLE WITH DISABILITIES: CHALLENGES AND PERSPECTIVES ON THE TREATMENT OF INFORMATION FOR DEAF PEOPLE

ABSTRACT: This paper reflects on the challenges and prospects for the Organization of the Representation of Knowledge for the consolidation of a democratic and inclusive society. The methodology was characterized as exploratory and descriptive, with a delineation of the bibliographic research, survey and analysis on the subject. In the context of the objective of the International Society for Knowledge Organization (ISKO / Brazil), it is intended to raise questions about the organization and representation of information for deaf people. The study deals with the rights prevailing in Law 13,146 of July 6, 2015, which establishes the Statute of the Person with Disabilities and sign language as a form of communication and representation that can be made available and retrieved by different users, in different supports and institutions. It is considered that Knowledge Organization processes and

systems can promote democratically inclusive institutions when they break the rigid boundaries of the canons and dogmas of formally established knowledge in the face of the need for access to information by the deaf community. It is hoped that this study will contribute to the beginning of the discussion of the frontiers of knowledge representation and, above all, that it will advance from theory to practice, in the construction of models and information systems capable of serving all people.

KEYWORDS: Knowledge Organization, Treatment of Information, Disabled people, Deaf people, Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A preocupação com a informação, do ponto de vista social, está fundamentada nas vertentes paradigmáticas da Organização do Conhecimento, mas ganha legitimidade na experiência e na prática dos usos, dos fluxos e do tratamento informacional.

O campo científico da Organização do Conhecimento tem demonstrado avanços nas análises sobre questões éticas, sociais e culturais. Por outro lado, temas específicos como os das pessoas com deficiência precisam de mais pesquisa. Como exemplo; foi realizada uma análise dos anais da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012; DODEBEI; GUIMARÃES, 2013; GUIMARÃES; DODEBEI, 2015; PINHO; GUIMARÃES, 2017) e em nenhum deles foi encontrado um trabalho específico sobre a temática deste estudo. Apesar de ter representantes nacionais e internacionais de temas sociais e culturais, o tema “pessoas com deficiência” não aparece em nenhum dos trabalhos analisados.

Por isso, considera-se oportuna a abordagem sobre as responsabilidades da Organização do Conhecimento em promover a inclusão e atuar democraticamente no âmbito de uma sociedade justa e igualitária. Diante dessas observações, este estudo propôs a realizar uma pesquisa para apresentar a problemática e um modelo de tratamento de informação para as pessoas surdas.

Assim, este trabalho apresenta uma reflexão sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) de “discutir os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento” pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação, em especial, o tratamento da informação para a melhorar o acesso à informação para as pessoas surdas.

Os objetivos específicos são: identificar o contexto relativo à pessoa com

deficiência e o caso da pessoa surda; compreender a linguagem de sinais como forma de comunicação e representação do conhecimento; destacar aspectos Legislativos pertinentes ao direito de acesso à informação para pessoas com deficiências; identificar processos e sistemas de Organização do Conhecimento que podem promover instituições democraticamente inclusivas, diante das necessidades de acesso à informação pela pessoa surda.

A partir das necessidades de acesso à informação pelos surdos, questione-se: quais os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei da Pessoa com Deficiência para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva?

Para abordar sobre o problema apresentado, a discussão fundamenta-se nos princípios constitucionais de direito e igualdade a partir da compreensão de inclusão apresentada por Mittler (2003), Bonetti (2005) e Ferreira (2006), para os quais a discussão sobre o tema envolve o processo sociocultural da sociedade brasileira, em especial, da comunidade surda.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos referentes à organização do conhecimento e da informação para melhorar o acesso à informação para as pessoas com deficiência, em especial, para a pessoa surda. O que se pretende é oferecer subsídios introdutórios das questões referentes às pessoas com deficiências e o caso da surdez; os aspectos introdutórios da língua de sinais; os fundamentos legais que amparam as políticas de acesso à informação para estes usuários, de forma a instigar os cientistas da informação a adentrarem na realidade da comunidade surda e pensar meios de representação do conhecimento que possam promover instituições eficazes, sustentáveis e democraticamente inclusivas.

2 | PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O CASO DA SURDEZ

O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com deficiência (PCD):

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

No caso da deficiência auditiva, é preciso distingui-la da surdez. Chama de deficiência auditiva “[...] a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum [...]” (BRASIL, 1997, p. 31).

Diante disso, a pessoa com deficiência auditiva pode reconhecer o som das palavras através de uma prótese, enquanto os surdos usam a linguagem de sinais

para se comunicar e expressar, através de um “[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria [...]” (BRASIL, 2002), oriunda da comunidade de pessoas surdas.

Padden e Humphries (2000, p.5 *apud* STROBEL, 2008, p. 30) chama de comunidade surda:

[...] um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilhando os objetivos comuns de seus membros e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas [...].

A comunidade surda é constituída por indivíduos surdos e ouvintes que compartilham e lutam por objetivos comuns para que a pessoa surda seja inserida e conviva na sociedade, supra suas necessidades de informações e estabeleça uma comunicação sem ruídos.

Outro conceito importante, neste contexto, é o de cultura, como “[...] um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras e tradições” (PADDEN; HUMPHRIES, 2000, p. 5, *apud* STROBEL, 2008, p. 31).

Conforme o exposto até aqui, fica evidente que compreender a comunidade surda e a cultura surda é primordial, pois, a partir dessas relações são criados sinais e compreendidos os seus significados, de forma que essa comunidade possa se comunicar.

O Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) é importante neste processo porque é mediador na comunicação da comunidade surda com aqueles que não têm domínio da língua de sinais.

O TILS realiza a transposição da língua de sinais para a linguagem oral (processo de tradução) ou realiza a transposição da língua oral para a língua de sinais (processo de interpretação) e necessita de um amplo conhecimento social e linguístico.

O conhecimento influencia na qualidade de interpretação e tradução do TILS como mediador entre duas culturas e o conhecimento teórico-prático das culturas envolvidas nessa interação é imprescindível (VEDOATO, 2014).

Mas, nem sempre houve interação com as pessoas com deficiências. Os fatores históricos mostram várias fases, da segregação à inclusão.

Para compreender essas fases é importante conhecer os três paradigmas que foram partilhados em diferentes momentos históricos: a institucionalização, os paradigmas de serviços e de suportes, conforme apresentado por Vagula e Vedoato (2014):

No paradigma da institucionalização, as pessoas com deficiências eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições segregadas (asilos, hospitais, conventos) ou em escolas especiais, longe do convívio social.

O segundo paradigma é o de serviços, cuja ideia principal era de integração. Acreditava-se que era preciso modificar a pessoa com deficiência para que ela se assemelhasse ao máximo possível dos demais cidadãos e assim, poder ser inserida e integrada à sociedade. As instituições (entidades assistenciais, escolas especiais e centros de reabilitação) deixam de ser locais de confinamento e passam a preparar a pessoa com deficiência para o convívio social, para o trabalho e autossuficiência.

O terceiro é o paradigma de suportes, caracterizado pelo pressuposto de que as pessoas com deficiência têm direito à convivência não segregada e o acesso contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Os suportes podem ser de diferentes tipos (social, econômico, físico e instrumental) com a função de favorecer a construção de um processo que passou a denominar inclusão social, onde as instituições têm que se adaptar a inclusão.

3 | A LINGUAGEM DE SINAIS

A linguagem é a base do processo de comunicação, necessário para as atividades mentais como raciocinar e formar conceitos, e favorece a capacidade de usar o pensamento para solução de problemas (VEDOATO, 2014).

Fernandes (2003) define linguagem como um sistema de comunicação natural e ou artificial como: linguagem corporal, as expressões faciais, as reações do nosso organismo (o pensamento e os aspectos fisiológicos), o vestir, ou a linguagem de outros animais, códigos de trânsito, a música, as artes, entre outros.

A capacidade de comunicação é semelhante em todos os seres humanos e permite que observem, compreendam, aprendam, experimentem, expliquem o que acontece com ele mesmo ou o que está a sua volta, ainda que existam diferentes línguas.

A língua é o aspecto social da linguagem, pois, é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística e é compreendida como um sistema complexo com regras abstratas e composto por elementos significativos que se relacionam entre si (SAUSSURE, 1991).

Para Vedoato (2014), as línguas são meios pelos quais a linguagem se manifesta e seu desenvolvimento ocorre por meio da interação social. Podem ser orais-auditivas (o canal de recepção é audição e o meio de reprodução é a oralidade) ou espaço-visuais (reproduzidas por sinais manuais e sua recepção é visual).

A língua é uma propriedade coletiva, não individual e só tem razão de existir se for compartilhada.

Reconhecer a existência de uma comunidade linguística de surdos é importante para que se reconheça também a linguagem de sinais utilizada por ela, para melhor explicar esses aspectos espaço-visuais. Fernandes (2003) assevera que a “[...] configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal”, diferenciam a linguagem de sinais da língua oral, dentre outras particularidades, como “[...] a escrita de palavras sempre na letra maiúscula” (VAGULA, 2014, p. 162), bem como o alfabeto manual (datilologia) que é utilizado para traduzir nomes próprios, palavras desconhecidas ou que não exista o sinal determinado.

Os aspectos linguísticos são necessários para entender a representação da informação. Vedoato (2014) apresenta todos os níveis de análise da Libras, ou seja:

- nível fonológico: percebido pelos olhos e produzido pelas mãos, por se tratar de uma modalidade espaço-visual;
- nível morfológico: estrutura interna dos sinais, sintética (resumida), simples ou composta. Por exemplo: “[...] a palavra guarda-chuva que é composta na língua portuguesa na língua de sinais é uma palavra simples”. O contrário, também ocorre “MAÇÃ- LARANJA- DIVERSOS” em língua de sinais corresponde à palavra “FRUTAS” em português”. Outros exemplos: CASA + ESTUDAR = ESCOLA; CASA + CRUZ = IGREJA; CAIXA + GUARDAR + GARFO + FACA + COLHER = FAQUEIRO. Muitas palavras não possuem sinais próprios e para representá-las é utilizada a datilologia (alfabeto manual);
- nível sintático: inter-relações dos elementos estruturais da oração e das regras que regem a combinação de sentenças. Segundo Viotti (2008), a ordem da sentença não está fixada em SVO (sujeito – verbo – objeto) e pode ter um ou mais constituintes acompanhados de alguma marcação não manual. Exemplo: LIVRO, MARIA COMPRAR ONTEM. O objeto na primeira posição da sentença, neste caso o constituinte livro, deve vir acompanhado de um movimento particular de cabeça e na configuração das sobrancelhas;
- nível semântico-pragmático: envolve a significação e o uso de acordo com o contexto conversacional. Podem aparecer através de ritmo de entonação, expressões faciais, manuais ou corporais.

A análise da informação, através desses níveis, envolve tanto as propriedades relativas aos aspectos físicos quanto as de conteúdo e de significados.

Os aspectos linguísticos interferem nas concepções tradicionais de representação da informação e do conhecimento, pois, na linguagem de sinais as representações ocorrem não apenas pelos signos, mas pela querologia, que corresponde à configuração das mãos, pela datilologia (alfabeto manual) e pela

presença do tradutor/intérprete que sinaliza para o usuário/surdo.

A língua de sinais pode ser vista como uma língua natural, que necessita de interação social para a sua aquisição, bem como precisa ser vista como uma linguagem artificial de organização e representação do conhecimento para que possa ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários em diferentes suportes e instituições.

Dentro de sua função social, o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar diferentes acessos ao conhecimento contido na informação.

4 I LEI 13.146/2015: A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com o objetivo de assegurar e promover os direitos da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

Para compreender os objetivos da Lei, destacou-se alguns pontos que podem contribuir para a garantia do acesso de qualidade, a recursos, apoio e serviços.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à pessoa com deficiências de ter atendimento prioritário nas mais diversas instituições; disponibilização das informações e tradução dos documentos em Libras; janela com intérprete de Libras e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes, profissionais de apoio; acesso a bens culturais em formatos acessíveis; garantia de melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotada internacionalmente; incentivo à oferta de tecnologias assistivas ou ajuda técnica como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência para sua inclusão social.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação deve ser estimulados e garantidos como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Destaca-se que, apesar de muitas bibliotecas brasileiras possuírem espaços acessíveis com tecnologias assistivas, ainda não há uma mediação apropriada por meio de vocabulário controlado para pessoas surdas, por exemplo, ou um atendimento especializado, com um profissional que se comunique em Libras.

Frente às questões apontadas, é possível refletir que há desafios que se colocam para a Organização do Conhecimento e a necessidade de novas perspectivas para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.

5 I PROCESSOS E SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A UTILIZAÇÃO DA LIBRAS PARA A PROMOÇÃO DE INSTITUIÇÕES INCLUSIVAS

A Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, é focada nas atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada (PINHO, 2009), para possibilitar ao cidadão a ampliação de seus conhecimentos e possui papel essencial para a democratização do acesso à informação, com foco nas mais variadas necessidades informacionais dos usuários.

A representação do conhecimento, por sua vez, é o produto da organização do conhecimento. Segundo Bräscher e Café (2010) “[...] ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual da realidade que se pretende representar”.

A representação deve ser construída para determinada finalidade através de instrumentos e operações como linguagens documentárias alfabéticas e hierárquicas, sistemas de classificação, tesouros, taxonomias, os cabeçalhos de assuntos, dentre outros.

Para representar é necessário utilizar diversos recursos capazes de simbolizar a realidade. Representar significa “[...] utilizar elementos simbólicos - palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros - para substituir um objeto, uma ideia, ou um fato” (LIMA; ALVARES; 2012. p.21).

Os elementos simbólicos, além de representar as informações, são utilizados no momento da recuperação, do processo de busca para a localização dos itens de informação que foram armazenados em sistemas de informação com a finalidade de permitir o acesso dos usuários de acordo com suas necessidades.

Para melhorar os processos de representação e de recuperação são utilizados vocabulários controlados com listas pré-definidas de termos ou códigos, cada um representando um conceito. Tesouros e listas de cabeçalho de assuntos são exemplos de vocabulários controlados.

O Vocabulário Controlado do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP), por exemplo, é abrangente e diversificado. Pode ser utilizado para a representação do conteúdo de recursos de informação de diferentes sistemas de informação. Ele pode ser consultado pela sua macroestrutura, que contém as relações entre as áreas do conhecimento, as subáreas e a terminologia propriamente dita. Possibilita consultas pela Lista Alfabética de Assuntos e a Lista Sistemática ou Hierárquica e os assuntos podem ser complementados e especificados por tabelas auxiliares, sendo elas: a Tabela de Qualificadores, Tabela de Locais Geográficos e Históricos, Tabela de Gênero e Forma, Tabela de Profissões e Ocupações. Utiliza Nota de Escopo como nota explicativa que aparece ao lado de alguns termos.

Ao buscar por DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, através da ordem hierárquica de assuntos, tem-se a seguinte informação (figura 1):

 [CH751](#) - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 [CH751.5](#) - INFORMAÇÃO
 [CH751.5.10](#) - DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO <==

Figura 1: Nota de escopo

Fonte: Vocabulário controlado da USP

Ao lado do termo “DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” aparece um ícone com a seguinte nota de escopo:

“Democratização da Informação é uma questão que discute a ampliação do acesso tanto à recepção quanto à emissão de informação, a sua democratização e do conhecimento”.

O conjunto que define o termo, através da nota explicativa, depende sistematicamente do conteúdo semântico e amplia a compreensão do termo pelo usuário, de acordo com o assunto, para satisfazer uma necessidade de informação.

Contudo, legitimados na experiência e na prática de uso das informações, observa-se que as pessoas surdas têm dificuldades de acesso à informação, de localizar a base de dados e até de compreender a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos linguísticos e informáticos dos processos de representação do conhecimento, que são produzidos com base nos cânones e dogmas do conhecimento formalmente construído, com uma normativa positivista de descrição única da realidade, sem considerar os detalhes das diferentes culturas e comunidades.

Ao aproximar dos conhecimentos sobre deficiências e a surdez e relacioná-los à possibilidade de se estabelecer, por meio da linguagem de sinais, instrumentos de organização e representação do conhecimento, também se torna possível a ampliação de discussões teóricas e práticas dentro da área da Organização e Representação do Conhecimento para a promoção de instituições inclusivas.

6 | METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, além do delineamento da pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise documental sobre o tema registrados em artigos, livros, teses, dissertações e na legislação, capazes de abarcar a temática desenvolvida.

Os termos utilizados na busca bibliográfica enfocaram as palavras-chave: Lei 13.146; Estatuto da Pessoa com deficiência; Inclusão; Língua Brasileira de Sinais;

Surdo; Acesso à Informação; Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica; Tecnologias de Informação e Comunicação; Surdez; Bilinguismo; Tradução; Interpretação; Processos e Sistemas de organização; Tratamento; Representação da Informação; Ciência da Informação.

A partir da análise de diferentes tipos de representação de informação para pessoas surdas, como os sinalários de Libras (conjunto de expressões em Libras), manuais de sinais, vocabulário ilustrado em Libras e do Vocabulário Controlado da SIBI/USP, visa-se a proposição de um modelo de vocabulário controlado, onde os termos apareçam na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”, representado por termos e imagens; “Representação em linguagem de sinais”; e, “Código”.

Além disso, sugere-se acrescentar na nota de escopo a linguagem de sinais, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota de escopo em Língua Portuguesa.

Do ponto de vista teórico da Organização do Conhecimento, o problema de pesquisa centrou-se no pressuposto básico para a questão da organização do conhecimento para a inclusão social da pessoa com deficiência, em especial da pessoa surda, a partir da linguagem de sinais como forma de representação da informação, que pode ser inserida na área da Organização do Conhecimento, por meio de um sistema linguístico de natureza visual-motora.

7 | RESULTADOS

Para reconhecer a linguagem de sinais como forma de representação do conhecimento é preciso compreender os aspectos do sistema linguístico de natureza visual-motora, pensando no usuário e no objetivo de diminuir a barreira de representação e comunicação entre ouvintes e surdos.

A linguagem deve ser adequada à comunidade para garantir o acesso à informação.

O “Vocabulário Ilustrado de Saúde em Libras” (figura 2) demonstra uma iniciativa institucional importante na área de saúde por servir de apoio ao atendimento de pacientes surdos (figura 2).

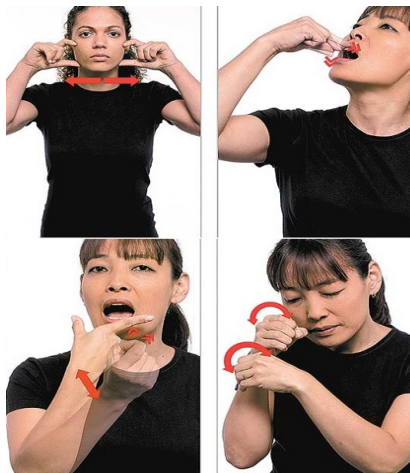


Figura 2: Vocabulário Ilustrado de Saúde em LIBRAS

Fonte: Iguma e Pereira (2010)

Este vocabulário ilustrado representa as doenças e os procedimentos médicos, traz a figura do tradutor/intérprete e as setas que indicam como o movimento da mão deve ser feito. Na figura 2, o TILS está representado, consecutivamente, uma máscara, medicamento (em gota), medicamento (em comprimido) e microscópio.

Outro exemplo, é o Sinalário em Libras. O Sinalário ilustra as diferentes formas de representação da informação através de signos (forma e conteúdo), acrescidos de interpretação através da linguagem de sinais, com destaque a configuração das mãos, que assumem formas diferentes durante a realização do sinal, bem como pelas indicações das setas que mostram o movimento das mãos representando seu deslocamento no espaço, a expressão facial que ajuda a dar o sentido dos sinais, bem como o alfabeto manual (datilologia).

O Sinalário de animais (figura 3) apresenta notas de escopo, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota explicativa em Língua Portuguesa. Há uma hierarquia entre os termos: ABELHA, pela ordem hierárquica de assuntos, está relacionada a ANIMAIS. Encontra-se a configuração das mãos, pela datilologia (alfabeto manual) e a representação da ABELHA através da imagem.

Animais: Posicionar a mão direita aberta, dedos curvados tocando com o dorso no queixo.

substantivo masculino

1. Ser vivo multicelular, com capacidade de locomoção e de resposta a estímulos, que se nutre de outros seres vivos.
 2. Ser vivo irracional, por oposição ao homem.
 3. [Figurado] Bruto, estúpido, grosseiro (falando-se de pessoas).
- adjetivo de dois gêneros*
4. De animal; próprio de animal.
 5. [Figurado] Carnal, físico.



Abelha



Abelha: mãos direita aberta com os dedos indicadores e polegares unidos pelas pontas, posicionar próxima ao lado direito do rosto e movê-la até a boca em um arco para cima.

a-be-lha |é|

(latim *apicula*, *-ae*, diminutivo de *apis*, *-is*, abelha)

substantivo feminino

1. [Entomologia] Inseto himenóptero, que produz o mel e a cera.
2. [Botânica] Abelheira.

Figura 3: Sinalário de animais em Libras

Fonte: Dutra (2016)

Acredita-se que esses instrumentos contribuíram para fazer uma reflexão sobre o estudo do vocabulário controlado e a linguagem de sinais.

Os diferentes tipos de tratamento e representação da informação, têm por finalidade principal coincidir a linguagem do usuário com a do indexador. Para atender a pessoa surda é preciso substituir códigos não só por termos ou frases na operação de codificação, mas também por imagens, desenhos, mímicas.

Observou-se, por exemplo, que no Vocabulário Controlado SIBi/USP, os termos “ABACATE” e “ABACAXI” aparecem na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”; “Código da Macroestrutura”; “DEDALUS” [1], “HIERÁRQUICO”.

Para que esse vocabulário controlado atenda a pessoa surda, no campo “assunto” poderia ser incluída a imagem que representa este “assunto” e a representação em linguagens de sinais, além do código, conforme figura 4, que mostra um modelo construído para representar a linguagem de sinais em um Vocabulário Controlado.





ASSUNTO	LIBRAS	CÓDIGO
 ABACATE		Código <u>CA110.1.4.1</u> <u>.2.1.1.1.4.1</u>
 ABACAXI		<u>CA110.1.4.1</u> <u>.2.1.1.1.4.2</u>

Figura 4: Vocabulário controlado em linguagem de sinais

A nota de escopo também pode ser inserida de duas maneiras. A primeira informando a descrição do posicionamento das mãos e a segunda com a descrição do objeto, como demonstrado na figura 3, do Sinalário de animais.

Neste contexto, o estudo sobre a linguagem de sinais encontra-se dentro do escopo da Organização do Conhecimento por ser esta uma área que investiga os problemas voltados ao propósito social inclusivo da organização do conhecimento e de seus registros para o uso e atendimento das necessidades de informação dos diferentes usuários.

8 | CONCLUSÃO

A representação do conhecimento pode ser uma forma de exclusão quando somente atribuída aos cânones e aos dogmas do conhecimento formalmente legitimado, mas também é uma forma de inclusão quando tomada por um viés que entende o conhecimento como algo além das barreiras e das fronteiras rigidamente estabelecidas. A representação do conhecimento, na perspectiva política e social da Organização do Conhecimento, propõe-se um questionar dimensionado pelos contextos culturais e de ensino, mas não se reduz a eles porque tem a seu favor conquistas importantes, como a própria Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, apresentada e discutida ao longo deste trabalho.

As instituições podem garantir formas de apoiar o uso e difusão da linguagem

de sinais como meio de comunicação e representação da informação para a comunidade surda, através de processos de geração, tratamento e disseminação da informação e sistemas que permitam interfaces favoráveis ao acesso e uso das informações por pessoas com deficiências, utilizando a Libras e a contribuição dos tradutores/intérpretes como formas de garantir esse acesso às informações.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação são instrumentos importantes para superar as limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação, à cultura e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Espera-se que este seja o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender qualquer tipo de pessoa, em especial, as pessoas com deficiências. Estima-se que este venha ser o propósito social e inclusivo da Organização do Conhecimento.

NOTAS

[1] Banco de Dados da Universidade de São Paulo

REFERÊNCIAS

BONETTI, Nilva. Leis de diretrizes e bases e suas implicações na formação de professores de educação infantil. *In*: ALITINO FILHO, José Martins. (org.). **Criança pede respeito**: temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, p. 109 -147, 2005.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou do conhecimento? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2017/06/LIVRO-Temas-de-Pesquisa-em-Ci%C3%Aancia-da-Infoma%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 26 out. 2018.

Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. - Brasília: SEESP, 1997.

DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2).

DUTRA, Renata. **Sinalário de animais em Libras**. 2016.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, Windyz B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. *In*: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GIUSEPPE, Rinaldi et al. Educação Especial Deficiência Auditiva. **Secretaria de educação**, 1997. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002295.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEL, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEL, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3).

IGUMA, Andréa; PEREIRA, Claudia Barbosa. **Saúde em Libras: vocabulário ilustrado - apoio para atendimento ao paciente surdo**. 1ed. São Paulo: Áurea Editora, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in america: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4).

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas. *In*: VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, p. 1-20, 2014.

VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Deficiência auditiva *versus* surdez: a Libras e o TILS. *In*:

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais** / Org. Edilaine Vagula, Sandra Cristina Malzinoti Vedoato – Londrina: UNOPAR, p. 135-173, 2014.

VIOTTI, Evani. **Introdução aos estudos linguísticos**. Florianópolis, SC: Universidade Federal De Santa Catarina, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 46, 54

Acessibilidade 87, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 134, 203, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 234

Action learning 181, 184, 185, 190, 196

Adolescente 26, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 229

Alfabetização 74, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 235

Alimentação saudável 92, 97

Arte 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 105, 110, 159, 161, 174, 209

Assistência estudantil 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Avaliação 17, 18, 23, 64, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 85, 86, 90, 103, 117, 143, 144, 146, 150, 152, 154, 193, 200, 213, 215, 218, 219, 220

C

Cidadania 9, 26, 27, 28, 31, 37, 43, 44, 45, 49, 83, 89, 120, 134, 158, 163, 197, 199, 204, 210

Coefficiente de correlação 1, 2

Concepções pedagógicas 66, 67, 68

Construção 9, 11, 20, 26, 27, 28, 31, 37, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 59, 65, 67, 68, 70, 74, 80, 85, 113, 119, 128, 132, 141, 153, 158, 160, 166, 168, 169, 174, 197, 210, 214, 231, 233

D

Democracia 54, 55, 57, 58, 65, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212

Design thinking 103, 181, 182, 184, 185, 192, 193, 194, 196

Direito 3, 5, 6, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 44, 47, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 82, 83, 89, 118, 124, 125, 130, 132, 134, 144, 160, 161, 162, 177, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 206, 208, 223, 227, 228, 231, 232

Direitos humanos 16, 26, 27, 28, 30, 31, 38, 42, 43, 44, 118, 119, 126, 206, 211, 212, 223, 224, 227, 228, 229, 232, 233, 234

E

Educação 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 134, 141,

142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 188, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 222, 231, 233, 235

Educação especial 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 91, 141, 142

Emancipação 10, 46, 51, 52, 53, 74

Ensino 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 90, 91, 92, 93, 95, 101, 106, 107, 109, 113, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 167, 178, 181, 192, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 205, 207, 208, 209, 213, 215, 221, 222, 235

Ensino de literatura 156, 158, 160, 161

Ensino superior 1, 2, 3, 25, 55, 58, 60, 197, 198, 199, 202, 235

Escola 7, 11, 17, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 128, 133, 141, 145, 151, 153, 182, 205, 206, 207, 208, 209, 211

Escrita 17, 24, 64, 112, 114, 133, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 163, 164, 177

Estatística descritiva 1

Estratégias 52, 66, 72, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 109, 119, 134, 149, 150, 151, 153, 163, 164, 165, 167, 169, 171, 172, 178, 180, 188, 225, 234

Evasão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 188, 195, 200, 204

Eventos 14, 17, 22, 23, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 203, 231

Extensão 10, 113, 164, 171, 202, 213, 221

G

Game 98, 99, 100, 102, 106, 109, 110, 111

Gamificação 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Gestão democrática 7, 8, 9, 10, 11, 28, 47, 50, 209

H

História da educação brasileira 66, 77

Horta 92, 93, 95, 96

I

Identidades 12, 14

Inclusão 81, 82, 83, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 198, 202, 207, 213, 214, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 234

Inclusão social 83, 119, 127, 132, 134, 137, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 233, 234

Intolerância 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 31, 32

J

Job crafting 181, 184, 185, 196

L

Leitura 17, 63, 96, 112, 113, 114, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 180, 202, 234

M

Metodologia ativa 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 193, 194, 195

Modelos mentais 181, 183, 194, 196

Motivação 34, 35, 36, 72, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 167, 168, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196

N

Negro 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22

O

Organização do conhecimento 128, 129, 130, 134, 135, 137, 140, 141, 142

P

Participação 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 28, 30, 38, 41, 83, 87, 89, 106, 108, 117, 119, 120, 122, 125, 130, 134, 174, 175, 184, 197, 201, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 215, 228, 234

Pessoas com deficiência 81, 82, 89, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 203, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234

Pessoas surdas 128, 129, 131, 134, 136, 137

PET 156, 157, 161, 213, 214, 215, 216, 220

PIBID 112, 113, 114, 235

Plano nacional de educação 79, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 144, 154, 155

Política 9, 15, 38, 51, 54, 56, 58, 75, 81, 91, 140, 144, 146, 164, 199, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211

Processo dialógico 46, 48, 51, 53

Programa PMALFA 143

Psicologia positiva 98, 99, 100, 109

R

Racismo 12, 13, 15, 18, 20, 21, 22, 31, 206

Religião 12, 56, 227

Responsabilidade 26, 32, 38, 45, 50, 73, 75, 85, 86, 98, 198, 203

S

Sala de aula invertida 181, 183, 191, 195

Sistema municipal de ensino 7

Softwares 213, 214, 215, 218, 222, 230

Sustentabilidade 92, 93

T

Tecnologia assistiva 119, 126, 127, 137, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234

Tendências pedagógicas 66, 68, 77

Teoria da autodeterminação 107, 181, 185, 186, 187, 195, 196

Timor-Leste 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65





Tratamento da Informação 128, 129, 153

V

Violência 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 83





EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

4

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

4

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br